CARREIRA POLÍTICA E MOBILIDADE SOCIAL: O LEGISLATIVO COMO MEIO DE ASCENSÃO SOCIAL*

MARIA ANTONIETA PARAHYBA LEOPOLDI

1. Introdução; 2. O Legislativo como propiciador de mobilidade social; 3. Mobilidade social e intergeracional dos candidatos; 4. Conclusão.

1. Introdução

"Você ficaria surpreso com as coisas que pode fazer como representante. Tanta gente o procura e pede sua ajuda, e você auxilia seu distrito a obter indústrias e estradas. Acho muito satisfatório ajudar todas estas pessoas".

"Você diria que (como deputado) sou uma espécie de desempregado, e estou aqui por falta de um trabalho melhor. Se me oferecessem uma boa atividade, naturalmente eu deixaria o Legislativo. Qualquer deputado o faria".

Estes depoimentos de dois deputados norte-americanos, colhidos por uma equipe de pesquisadores, [1] bem poderiam ser atri-

* Este artigo liga-se a uma série de trabalhos que vêm sendo publicados por esta Revista, e que resultam de um estudo promovido junto aos candidatos a mandatos legislativos nas eleições de 1970, pela GB. A equipe de pesquisa que levou a efeito este estudo, para o Instituto de Direito Público e Ciência Política, foi constituída por Maria Antonieta Parahyba Leopoldi, Lídice Aparecida Pontes Maduro e Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna. Dirigiu o estudo, o Prof. Armando de Oliveira Marinho.

1 Eulau, Heinz; Buchanan, W; Ferguson, L. C. & Wahlke, J. Career perspectives of American state legislators. In: Marvick, Dwaine. ed. *Political decision-makers: recruitment and performance*. Ill., The Free Press of Glencoe, 1961. p. 250.

buídos a deputados brasileiros. Eles expressam posições diversas em relação à atividade legislativa:

a) entusiasmo em relação ao prestígio do cargo político e à capacidade decisória ou influenciadora implícita nele ("tanta gente o procura e pede sua ajuda"...);

b) desencanto para com a atividade política, que não possibilita uma realização profissional, e constitui-se mesmo numa atividade provisória ("por falta de um trabalho melhor"...).

Na realidade, a atividade política, entendida neste caso como "função legislativa", tem uma certa ambivalência nos dias atuais. Já foi o tempo em que ser político significava ter acesso livre a todas as áreas, e ter poder de decisão em questões relevantes.

A idéia de "político" esteve sempre ligada à idéia de "barganha", "compromisso", até mesmo de "corrupção". Contra esta imagem do político levantou-se um movimento "moralizante" que, ao propor a substituição da "imagem de corrupção" pela do "político racional e eficiente", acabou por desprestigiar a figura do político como um todo.

No estudo que levamos a efeito junto aos candidatos a cargos legislativos pela Guanabara, verificamos o desprestígio que os políticos têm perante a própria classe política: foi-lhe atribuída uma atuação de caráter *negativo* por 35% dos respondentes, sendo que de uma lista de 12 grupos, os políticos e os policiais foram os grupos mais desvalorizados... pelos próprios candidatos a políticos! [2]

Dois outros trabalhos, feitos junto à classe empresarial brasileira, [3] mostram como, na opinião dos empresários, houve uma alteração no papel político de alguns grupos, verificando-se para os "políticos", uma perda de poder real, em vista da alteração político-jurídica por que passou o País nesta última década. No quadro a seguir, reproduzido a partir dos quadros 12 e 13 do livro de Fernando Henrique Cardoso (p. 133 e 135), esta alternância de posições de poder aparece claramente.

[2] Esta discussão foi desenvolvida com mais detalhe num artigo anterior, desta Revista: Sobre as funções do Legislativo (I), de Maria Antonieta Parahyba Leopoldi, *Revista de Ciência Política*, v. 6, n. 2, p. 115-29, jun. 1972.

[3] Martins, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento.* Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1968. p. 133; e Cardoso, Fernando Henrique. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes.* Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1971. p. 133 e 135.

Quadro 1 — Poder real dos grupos "há 10 anos" e "atualmente", conforme a percepção dos empresários.

	Há 10 anos (Pres. Kubitschek)		Atualmente	
	1.º lugar	2.º lugar	1.º lugar	2.º lugar
1. Empregados	—	2%	—	—
2. Grandes industriais	26%	22%	10%	16%
3. Militares	10%	8%	64%	12%
4. Operários	2%	8%	—	—
5. Profissionais liberais	—	2%	6%	2%
6. Industriais médios	—	4%	—	2%
7. Políticos	50%	14%	—	24%
8. Banqueiros	8%	26%	12%	18%
9. Cafeicultores	—	6%	—	—
10. Comerciantes	2%	2%	—	2%
11. Altos funcionários públicos	2%	6%	8%	24%
Total	100% (50)	100% (50)	100% (50)	100% (50)

FONTE: Quadros 12 e 13 de Cardoso, F. H. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes.* Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1971, p. 133 e 135.
Perderam poder: grandes industriais, políticos
Ganharam poder: militares, banqueiros, altos funcionários públicos.

2. O Legislativo como propiciador de mobilidade social

A valorização ambígua da atividade político-parlamentar aparece no próprio estudo que realizamos com os candidatos, os quais ao mesmo tempo em que desvalorizam o grupo dos *políticos* (colocando-os ao final de uma lista de 12 grupos), conferem, ao mandato de deputado, uma relativa influência. Para 82% dos candidatos, o mandato parlamentar traria, para aqueles que o detém, uma série de *benefícios,* tais como aumento do prestígio, influência e novos contatos, que auxiliariam uma futura carreira política ou a própria vida privada do parlamentar.

Quadro 2 — O mandato parlamentar traz influência?

	Porque:	
Sim 82%	1. O mandato confere "autoridade", "prestígio", "influência", por envolver o desempenho de atribuições de responsabilidade	48%
	2. Significa representação e defesa de interesses	20%
	3. Propicia "contatos", "amizades", "facilidades"	14%
Não 18%	4. O mandato é uma profissão como outra qualquer	3%
	5. O Legislativo não tem mais poder nem significação	4%
	6. A "influência" é adquirida pela atuação pessoal, não pelo mandato	11%
Total 100% (79)		

A partir dos *benefícios* que a maior parte dos respondentes atribuiu ao mandato parlamentar, podemos pensar o Legislativo cumprindo, dentro do contexto social e político, três funções:

A) *Serve como um meio de ascensão na carreira política*

Na medida em que os mandatos políticos eletivos reservam-se presentemente à área do Legislativo (os cargos políticos executivos ao nível estadual e federal são escolhidos respectivamente pelos legislativos destes dois níveis, com a concordância do Executivo Central, quando não indicados por este último), cabe a esta instituição representativa, o papel de socialização, preparação e impulsionamento dos elementos que adentram a carreira política. Deter um mandato eletivo, como os próprios políticos mostraram no quadro 2, facilita a projeção individual do político, tornando-o conhecido na comunidade política.

B) *Serve como um meio de ascensão social*

Seja pelo salário que o parlamentar recebe, seja pelo prestígio que o cargo lhe traz, e que beneficia uma atividade profissional paralela que um deputado ou senador possa ter; seja pelas oportunidades ocupacionais que surgem a um ex-político em virtude dos contatos e da projeção que obteve enquanto parlamentar — o Legislativo beneficia tanto aos que continuam a carreira política quanto aos que dela se retiram para a vida particular. Daí que o interesse de alguns candidatos em entrar na vida política deve-se muito menos a uma ambição de seguir a carreira política por uma "vocação", do que a um desejo de fazer dela apenas um uso instrumental para sua própria ascensão na vida privada.

Neste ponto é preciso salientar que o Legislativo, apesar de propiciar a ascensão social, não constitui uma instituição aberta a qualquer classe social, que através dele busque elevar-se nos escalões sociais. Ele não promove a ascensão dos que pertencem às classes inferiores da sociedade (a não ser com pequenas exceções) porque os elementos dessas classes não chegam mesmo a serem recrutados pela instituição. O estudo que fizemos do recrutamento de candidatos para as eleições de 1970 mostrou que *quem se candidata* aos cargos legislativos já sofre uma seleção prévia (pela sociedade, pelo partido), sendo os que pleiteiam uma candidatura, pessoas oriundas de estratos médios e médios-altos da sociedade, não se verificando a presença significativa de elementos das classes baixas e nem das altas (93% dos candidatos entrevistados tinham ocupações de nível médio e médio-alto, aí compreendidos os pequenos e médios comerciantes, pequenos e médios agricultores, funcionalismo público e particular; 44% residiam na zona sul do Rio de Janeiro, considerada como a de mais alto *status* residencial; 66% haviam completado o curso superior).[4]

Pode-se concluir daí que a instituição legislativa permite a ascensão de quem *já está ascendendo* na sociedade ou pelo menos

[4] O problema do recrutamento político, do ponto de vista das características dos que se candidataram a cargos legislativos, foi objeto de um estudo aprofundado, levado a efeito pela pesquisadora Maria Lúcia Werneck Vianna. Não vamos portanto aqui dar maior detalhamento desta questão.
Quanto ao problema da representatividade da amostra com que trabalhamos, remetemos o leitor ao artigo onde se discute a escolha dessa amostra, que, como se poderá observar, foi *estratificada*, procurando ser o mais representativa possível do universo estudado. Cf. Candidatos vs. sistema político: notas de uma pesquisa sobre o acesso aos cargos legislativos na GB. In: *Revista de Ciência Política*, v. 5, n. 4, 1971.

se encontra numa situação de *estabilidade*, sendo portanto a continuadora de um processo que já existe fora da área político-legislativa. [5]

C) *Serve como um meio de manutenção de status*

Para os que já adquiriram prestígio, influência, riqueza, seja pela própria carreira política, seja na vida profissional e particular, deter um mandato legislativo pode contribuir ainda mais para a estabilização da posição alcançada. Como já se disse anteriormente, são poucos os elementos de classes altas (grandes empresários, altos executivos) que procuram cargos legislativos. Observando-se a ocupação dos candidatos de nossa amostra na época das eleições, tínhamos o seguinte quadro:

a) 48% eram profissionais liberais, empresários médios, membros da burocracia pública e privada de nível médio-alto;

b) 42% eram pequenos comerciantes, funcionários públicos e privados de nível médio-baixo (auxiliares de escritório, escriturários, cargos de baixa chefia);

c) 3% eram grandes empresários ou altos executivos;

d) 7% eram trabalhadores assalariados ou por conta própria, de pouca ou nenhuma qualificação.

Em relação à *origem social* do candidato, entendida como a situação econômica do meio familiar em que viveu, e medida em

[5] Os candidatos cariocas apresentaram o seguinte quadro de *mobilidade ocupacional e educacional*, que comprova o que acabamos de discutir:

Mobilidade dos candidatos

	Ocupacional (primeira ocupação e ocupação atual)	*Educacional* (nível de escolaridade do pai e do próprio candidato)
Ascendente	55%	61%
Equilibrada	40% — 95%	30% — 91%
Descendente	5%	9%
	100% (87)	100% (88)

nosso estudo por intermédio da ocupação do pai e dos avós (paternos e maternos), o quadro de recrutamento não difere significativamente:

Quadro 3 — Origem social do candidato

Níveis ocupacionais	Avô paterno	Pai	Avô materno	Candidato (ocupação atual)
Baixo*	19%	22%	21%	7%
Médio**	44%	44%	47%	42%
Médio-alto***	37%	34%	32%	51%
TOTAL	100% (75)	100% (88)	100% (73)	100% (85)

* baixo: compreende os trabalhadores de pcuca ou nenhuma qualificação e que são assalariados.

** médio: compreende os pequenos agricultores, pequenos comerciantes e trabalhadores assalariados de qualificação média (funcionalismo público e particular de nível médio).

*** médio-alto: compreende o médio e grande proprietário, o empresário médio e grande, os cargos médios e altos da burocracia. A reunião das ocupações de nível médio com as de nível alto, deve-se ao fato de esta última categoria ser numericamente reduzida.

Grande parte dos avós e pais dos candidatos desfrutavam de uma situação socioeconômica de nível médio, o que dá mais consistência à nossa idéia segundo a qual, o cargo político é buscado entre outros motivos, como meio de ascensão social ou de manutenção do *status*, da situação já adquirida pelo próprio candidato ou por sua família. Neste último caso (manutenção de *status*) o cargo de deputado ou senador, se não propicia ascensão, ao menos amplia o campo de contatos e de amizades, que realimentam uma situação social estável.

3. Mobilidade social e intergeracional dos candidatos

Ao afirmarmos que o Legislativo é um órgão continuador do processo de ascensão que se verifica na sociedade, baseamo-nos nos resultados obtidos na pesquisa com candidatos cariocas. Naquele estudo, podemos observar que quem entra na área política para pleitear um mandato legislativo já vem de uma situação ascendente ou estável em termos de mobilidade social, em grande parte dos casos. (Veja-se o quadro apresentado na nota 5, deste trabalho).

Entendemos aqui por *mobilidade social* a tendência do indivíduo em mover-se através dos vários estratos da sociedade, movimento esse que aferimos empiricamente observando a tendência ascendente-descendente, do ponto de vista das *ocupações* anteriores e atuais dos candidatos e seus familiares, e do grau de *escolaridade* atingido pelos entrevistados e pela geração que o precedeu (paterna). Desta forma, trabalhamos aqui com os seguintes tipos de mobilidade:

a) *mobilidade ocupacional do próprio candidato*: é o movimento entre a primeira ocupação exercida pelo candidato e a sua ocupação atual;

b) *mobilidade ocupacional intergeracional*: é o movimento a partir das ocupações do avô paterno, do pai, até a ocupação atual do candidato-filho;

c) *mobilidade educacional*: dada pela diferença entre o grau de escolaridade do pai do candidato e o do próprio candidato.

Passemos então a observar os diversos tipos de mobilidade, que nos fornecem um quadro explicativo até certo ponto da situação social presente dos candidatos cariocas.

3.1 *Mobilidade ocupacional do próprio candidato*

Pelo exame do quadro 4, podemos verificar que, entre a primeira ocupação do candidato e sua atividade mais recente, houve um movimento ascendente em 55% dos casos, sendo que 40% dos candidatos permaneceram em ocupações do mesmo nível enquanto 5% passaram a ter ocupações de nível inferior ao da primeira atividade profissional.

Quadro 4 — Mobilidade ocupacional do próprio candidato (por partido)

	Partido		
	Arena	MDB	Total
Ascendente	62%	50%	55% (48)
Equilibrada	35%	44%	40% (35)
Descendente	3%	6%	5% (4)
Total	100% (37)	100% (50)	100% (87)

Estudando agora o mesmo quadro do ponto de vista da divisão em partidos, notamos que os candidatos arenistas acusam uma tendência um pouco maior para a *mobilidade ascendente,* enquanto

os candidatos emedebistas têm uma proporção um pouco superior de casos de *mobilidade equilibrada e descendente* (50% para 38% da Arena). Daí poder-se-ia concluir que o recrutamento emedebista teria um caráter de certo modo mais popular, em virtude dos seus candidatos provirem de uma situação não ascendente em termos ocupacionais.

Contudo, o que ocorre parece ser justamente o contrário. Na Guanabara, o partido com características mais "populares" é a Arena, talvez (adiantamos aqui uma hipótese) por ser neste estado o partido oposicionista e minoritário. As chances de concorrer e ganhar são ali menores do que no Movimento Democrático Brasileiro, o que faz com que o partido arenista "abra" um pouco mais suas portas àqueles que querem entrar na vida política. Nos dados apresentados a seguir (quadro 5) pode-se confrontar certa tendência "elitista" dos candidatos emedebistas na Guanabara, embora o reduzido número das celas não permita maior segurança na generalização.

Quadro 5 — Ocupações atuais dos candidatos (por partido)

	Partidos	
	Arena	MDB
Ocupações de nível baixo e médio-baixo	11%	—
Militares e funcionários (admin. publ. e privada)	33%	41%
Comerciantes e profissionais liberais	41%	41%
Elites* (polit., econ., administr.)	15%	18%
Total	100% (39)	100% (51) N = 90

* compreendem: industriais, grandes agricultores, altos executivos, senadores, deputados.

Nestes dados, verifica-se que a diferença entre as ocupações dos candidatos arenistas e emedebistas reside no fato de os emedebistas possuírem proporção um pouco superior de candidatos com ocupações de "elite", bem como de membros da burocracia (pública e privada) e também por não possuírem *nenhum* candidato com ocupação de nível baixo ou médio-baixo. Oitenta e dois por cento dos candidatos do MDB são funcionários, comerciantes ou profissionais liberais, contra 74% da mesma faixa ocupacional na Arena.

Daí ser justificável a tendência ascendente da mobilidade ocupacional dos candidatos da Arena, já que se encontram de modo geral em situação ocupacional inferior às dos candidatos do MDB, que por já terem ascendido encontram-se em proporção maior, na condição de "estáveis", enquanto os arenistas acham-se "em ascensão".

3.2 *Mobilidade ocupacional intergeracional*

Nos dados fornecidos mais atrás, pelo quadro 3, pudemos notar que, em termos de origem social, os candidatos descendiam de gerações com nível ocupacional médio e médio-alto. Ali já se pôde observar certa tendência para a mobilidade ascendente em termos da ocupação do candidato em relação às gerações precedentes: 19% dos avós paternos possuíam ocupações de nível baixo, enquanto 22% dos pais e apenas 7% dos candidatos situavam-se neste mesmo nível ocupacional. O que se verificou para os pleiteantes a cargos legislativos foi um aumento proporcional nas categorias ocupacionais de nível médio e médio-alto, que passaram a congregar 93% dos candidatos, proporção superior a de 78%, dos pais de candidatos que se situavam nesta faixa ocupacional.

Desta forma, a mobilidade ocupacional intergeracional tanto paterna (avô paterno — pai — candidato) quanto materna (avô materno — candidato) não difere muito das características encontradas nos dados de mobilidade ocupacional do próprio candidato, sendo apenas de ressaltar que a proporção dos que descem na hierarquia de ocupações é menor quando se trata da mobilidade do próprio candidato (5%), do que quando se enfoca a mobilidade descendente em relação à sua geração paterna (15%), segundo poderá ser confirmado, atentando-se para o quadro 6, a seguir:

Quadro 6 — Mobilidade ocupacional intergeracional

	Mob. ocup. paterna	Mob. ocup. materna	Mob. ocup. do candid.
Ascendente	54%	47%	55%
Equilibrada	31%	38%	40%
Descendente	15%	15%	5%
Total	100% (85)	100% (73)	100% (87)

3.3 *Mobilidade educacional*

Paralelamente ao movimento ocupacional de pai para filho, as diferenças de escolaridade de uma geração para outra fazem-se sentir em proporções relevantes: 61% dos candidatos adquiriram maior grau de escolaridade em relação ao pai; 30% permaneceram no mesmo nível de escolaridade paterna, enquanto 9% apenas apresentaram um grau descendente de mobilidade educacional.

4. Conclusão

Até este ponto, falamos de seletividade social que tem lugar na área política, enfocando, para comprovar, o mecanismo de seleção das candidaturas a cargos legislativos na Guanabara, através do estudo da origem social e graus de mobilidade dos que buscavam entrar na carreira política. Pudemos notar que os que se candidatam a "candidato" acabam sendo elementos pertencentes aos *setores médios* da sociedade, sendo significativa a ausência das classes altas e inferiores. A explicação para o fato de a vida política não trazer atração a elementos de classes altas (empresários, altos executivos, banqueiros) poderia ser encontrada no fato de o Legislativo não estar servindo como um meio de pressão na tomada de decisões de problemas relevantes que envolvem grandes interesses econômicos. Os *políticos,* como mostrou Fernando Henrique Cardoso, perderam totalmente o poder, na opinião do alto empresariado, que vê emergir nos últimos tempos, como grupos poderosos, os militares, os banqueiros e membros da alta burocracia (confira-se o quadro 1, apresentado neste artigo).

Já os empecilhos encontrados pelos elementos de classes sociais mais baixas têm outro caráter. A falta de meios econômicos restringe os contatos dos elementos de tais classes, e é sabido que, na vida política, os contatos e amizades são uma peça de certa relevância. Faltam aos elementos destas categorias sociais inferiores, recursos econômicos para financiar a campanha eleitoral ou para a prestação de favores a pessoas que se constituem em eleitores potenciais. Muitas vezes não há sequer disponibilidade de dinheiro para pagar a taxa de inscrição da candidatura no partido. [6]

[6] Alguns dos entrevistados afirmaram terem-se candidatado pela Arena, porque esse partido tinha uma taxa de inscrição de candidatura mais reduzida, e portanto mais acessível às suas disponibilidades econômicas (Cr$ 500,00 — o equivalente a dois salários mínimos). Maiores informações a esse respeito são fornecidas no trabalho de Maria Lúcia Werneck Vianna, que aparece neste mesmo número da Revista, sob o nome O Candidato e o processo eleitoral.

Se para o acesso às candidaturas já tem lugar um mecanismo seletivo através do qual são filtrados principalmente elementos provenientes de camadas sociais médias, para o acesso aos cargos políticos propriamente ditos o "funil" seletivo estreita-se mais ainda.

De modo geral, pode-se dizer que os representantes eleitos pela Guanabara para as legislaturas atuais do Congresso e Assembléia Legislativa Estadual provêm predominantemente de *setores médios-altos* da sociedade. Em entrevistas feitas com 70% dos representantes legislativos cariocas (deputados estaduais, federais e senadores eleitos em 1970) [7] notou-se que de um total de 47 mandatários, apenas 13% afirmaram não exercer nenhuma atividade além do cargo político. Os demais distribuíram-se por ocupações que sabidamente fornecem aos seus detentores, remunerações econômicas que permitem situá-los num nível social relativamente próximo ao das classes altas.

Quadro 7 — Atividades profissionais acumuladas com a de parlamentar

Funções liberais (por conta própria)	6% (3)
Administração, consultoria ou assessoria à empresa privada	40% (19)
Professor universitário	37% (17)
Diretor de estabelecimento de ensino secundário	4% (2)
Não exerce nenhuma outra atividade além da política	13% (6)
Total	100% (47)

Pelo que podemos observar no quadro 7, a maior parte dos políticos eleitos pela Guanabara tem outra atividade profissional além da parlamentar. Há, no nosso entender, duas possíveis explicações para tal fato:

a) ou o salário de um político não é condizente com o estilo de vida que o meio em que ele atua evige, daí a necessidade de acumular outro tipo de trabalho à atividade parlamentar;

b) ou o interesse real do parlamentar reside na sua vida "fora" da política, e ele faz da atividade e carreira políticas um meio de tornar mais rápida sua ascensão ocupacional e social na vida privada (não política).

[7] Referimo-nos à investigação realizada junto aos *eleitos* para cargos legislativos no pleito de 1970, por uma equipe de pesquisadoras do IDPCP. Os dados comentados a seguir foram-nos fornecidos pela pesquisadora Lídice Aparecida Pontes Maduro.

No nosso entender, estes dois tipos de políticos (aquele que faz da vida política sua "vocação", no sentido weberiano do termo, e aquele que usa a carreira e o cargo políticos como meio para ascender na vida social e profissional) existem na realidade, e devem constituir objeto de estudos mais aprofundados. Pelo fato de não termos escolhido este tópico para investigação, não podemos no momento responder em qual destas alternativas colocam-se os parlamentares cariocas, e em que proporção aparecem os "políticos profissionais" e os "carreiristas".

Nosso objetivo neste trabalho consistiu em mostrar como a carreira política, no contexto estudado (a Guanabara), é procurada por elementos com características sociais definidas, entre elas a de *serem provenientes de setores médios da sociedade* e *de apresentarem uma mobilidade social de tendência ascendente ou equilibrada.* Importante, contudo, é ter presente que esta seletividade que tem lugar na área política, com a exclusão de alguns grupos sociais, não constitui especificidade desta área, mas é o produto de um contexto social que acaba por atribuir aos cargos políticos um certo prestígio, criando mecanismos institucionais que "filtram" o acesso de classes sociais às fileiras políticas. No caso da instituição legislativa estadual — que foi nosso objeto de estudo, e que se nos revelou como um meio propiciador de ascensão social — o problema do acesso aos cargos políticos também deve ser encarado a partir da inserção do Legislativo numa estrutura social mais ampla, por si só seletiva.

BÔNUS DA UNESCO

Facilidades especiais para importações, sem saída de divisas nacionais. Livros, revistas, materiais científicos e audiovisuais são obtidos através dos bônus da UNESCO.

Os bônus são utilizados também para pagamento de anuidades de sociedades científicas e culturais, e de direitos autorais.

Atendem-se pedidos de bônus por correspondência.

Informações na Praia de Botafogo 186, Caixa Postal 21.120, ZC-05, Tel.: 266-2856, Rio de Janeiro, GB.

UM LIVRO SOBRE ARTE QUE É EM SI MESMO UMA OBRA DE ARTE

Editado pela UNESCO, **Les arts et la vie — place et rôle des arts dans la société** tem como autores Herbert Read, Kamaladevi Chattopadhyay, Pier Lugi Nervi, Basilio Uribe, Richard Buckminster Fuller, André Maurois, William W. Melnitz, Grigory Kozintsev, Yehudi Menuhin, algumas das autoridades mais respeitadas do mundo contemporâneo em assuntos artísticos. Eles analisam nessas páginas os domínios da arte que lhes são mais familiares e mostram, por meio do texto e da imagem, como a arte sob suas diversas formas e em suas diversas manifestações simboliza o espírito do homem e ajuda-o a atingir seus objetivos. Descreve-se, também, de maneira facilmente inteligível, as múltiplas funções da arte, levando-se em conta, para explicá-las, diferentes disciplinas, profissões, tradições e formas estéticas que se sucederam ao longo da História.

Paralelamente às formas consagradas, estudaram-se formas e domínios da arte que são relativamente menos conhecidos e compreendidos, como o **desenho industrial** e as novas produções artísticas dos meios de informação, a fim de saber em que enriquecem a vida cotidiana de todos os homens.

Graficamente belíssimo, contando com inúmeras ilustrações coloridas, o livro se constitui em verdadeira obra de arte em si mesmo.

À venda nas livrarias da Fundação Getulio Vargas, representante da UNESCO no Brasil.